

Ainda há problemas para a amarração final

As novas medidas de ajustamento econômico estão dividindo o governo. Um grupo próximo ao presidente, liderado pelo seu secretário Jorge Murad, defende a adoção de medidas extremamente duras e de forma rápida. Um outro, integrado por políticos experientes como o ministro Aluísio Alves, quer um ajuste mais cauteloso e gradualista. O presidente Sarney, por enquanto, se limita a conversar muito e a colecionar sugestões, acirrando as expectativas e os argumentos das duas partes. Ontem, ao final de uma reunião de 40 minutos com o presidente, no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, interrompido pela imprensa sobre a data provável do pacote, limitou-se a um desabafo: "As coisas não são tão fáceis!"

O presidente Sarney — segundo se informou ontem no palácio — não quer adotar as medidas de ajustamento da economia sem antes meditar detidamente sobre o assunto, e sem antes ouvir a opinião de pessoas influentes, de fora do governo. Para o presidente — segundo se disse ontem no Palácio do Planalto — o governo tem de ser metódico no preparo das medidas, pois não pode mais errar.

Há no palácio, entre os principais assessores do presidente uma forte convicção de que a Assembléia Nacional Constituin-

te, ao votar as disposições transitórias, vai optar pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. É com esta convicção que o governo está orientando as novas medidas de ajustamento da economia, isto é, tendo em vista um horizonte de tempo de mais dois anos de mandato.

Mas mesmo tendo em vista o mandato de cinco anos, um grupo forte dentro do governo quer medidas drásticas, de grande impacto, adotadas de uma forma rápida, que, acredita, além de causarem efeito também rapidamente, criariam um estado psicológico favorável ao combate à inflação, quebrando a espiral das expectativas catastrofistas. O secretário particular do presidente, Jorge Murad, o consultor geral da República, Saulo Ramos e o ministro João Batista de Abreu são os que mais defendem o modelo do ajuste drástico. O ministro Mailson inclina-se por este modelo, mas defende concessões importantes, principalmente na área de incentivos para o Norte e o Nordeste.

Para o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, o diagnóstico é claro: o governo tem de conter os seus custeios e criar condições de recuperação da poupança pública e de retomada dos investimentos privados. Pondera, contudo, que não é admissível que os funcionários públicos

paguem a conta sozinhos. E diz que a ordem do presidente é no sentido de se poupar de maiores sacrifícios os pequenos e os mais humildes. Isso significa que, nas novas medidas de contenção dos salários do setor público, o sacrifício será diretamente proporcional ao nível de renda de cada faixa, ou seja, quanto maior a renda, maior o sacrifício, preservando-se aqueles de poder aquisitivo mais baixo. O ministro recomenda também que é preciso ver as coisas não só pelo lado da despesa.

Para o ministro Costa Couto, a atual conjuntura favorece a adoção de uma política austera de ajustamento da economia, na medida em que o presidente Sarney se sente mais livre para governar, após a vitória do presidencialismo na Constituinte.

Outros informantes do Palácio do Planalto reforçam as posições do ministro, ao afirmarem que o governo não se sente preso aos parlamentares que votaram pelos cinco anos para os futuros presidentes e pelo presidencialismo. Muitos votos — analisam — foram por convicção pessoal, outros por orientação partidária, e alguns outros em função de compromissos entre parlamentares e o governo, compromissos estes que se esgotaram ao final da votação, segundo os entendimentos feitos.

Helival Rios — AE — Brasília